

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.401.809 - RS
(2018/0305484-4)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
EMBARGANTE : UNIÃO
EMBARGADO : MAXIMILIANO CAVALHEIRO GAMES
ADVOGADO : ANÍBAL OLAVES RIVAS E OUTRO(S) - RS031565

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, §11, DO CPC/2015. OMISSÃO SANADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDO PARA INTEGRALIZAR O JULGADO, SEM EFEITOS INFRINGENTES.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela União contra decisão de fls. 343/346 (e-STJ), onde conheci do agravo para negar provimento ao recurso especial interposto, nos termos da seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. MILITAR. REINTEGRAÇÃO E REFORMA. INCAPACIDADE NÃO RECONHECIDA. PRETENSÃO DE REEXAME. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

Em suas razões de embargos de declaração, sustenta a parte recorrente que houve omissão na decisão, na medida em que não foram fixados honorários recursais, nos termos do art. 85, §11, do CPC/2015, bem como do Enunciado Administrativo nº 7/STJ.

Não foi apresentada impugnação.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

Assiste razão a embargante.

Os embargos de declaração merecem ser acolhidos, na medida em que não houve manifestação na decisão de fls. 343/346-e, acerca da fixação dos honorários recursais previsto no art. 85, §11, do CPC/2015.

Com efeito, a fim de corrigir a omissão apontada e, tendo em vista, o disposto no artigo 85, § 11, do CPC, c/c o Enunciado Administrativo n. 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), impõe-se a majoração dos honorários advocatícios em 2% sobre a verba

arbitrada na origem.

Ressalte-se que, em caso de reconhecimento do direito à gratuidade de justiça, permanece suspensa a exigibilidade das obrigações decorrentes de sua sucumbência, nos termos do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

Ante o exposto, acolho os aclaratórios, sem efeitos infringentes, tão somente para integralizar o julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

